

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS **Aquisição de Portáteis e Periféricos**

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Aquisição de Portáteis e Periféricos”.
2. O *hardware* e *software* que se pretende adquirir é o seguinte:
 - a) 4 (quatro) computadores do tipo portátil, equivalente a “Apple Macbook Pro M3 Pro 14””, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Sistema operativo: macOS, ou equivalente;
 - ii. Processador: Apple M3 Pro, ou equivalente;
 - iii. Memória unificada: 18GB;
 - iv. Disco: 512GB SSD;
 - v. Ecrã: 14 polegadas não tátil;
 - vi. Cor: Cinzento sideral;
 - vii. Portas e ligações: 1 (uma) porta cartões SDXC, 1 (uma) porta HDMI, 1 (uma) porta headphone jack; 1 (uma) porta MagSafe 3 e 3 (três) portas Thunderbolt 4 USB-C (carregamento, DisplayPort, 40Gb/s, USB 4);
 - viii. Webcam: Integrada;
 - ix. Teclado: layout PT-PT.
 - b) 25 (vinte e cinco) computadores do tipo portátil, equivalente a “HP EliteBook 840 G11”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Sistema operativo: Windows 11 Pro 64bit, ou equivalente;
 - ii. Processador: Intel U7-155U, ou equivalente;
 - iii. Memória RAM: 16GB;
 - iv. Disco: 512GB SSD;
 - v. Ecrã: 14 polegadas não tátil;
 - vi. Placa gráfica: Integrada, ou equivalente;
 - vii. Portas e ligações: 2 (duas) portas Thunderbolt 4 USB Type-C 40Gbps (USB Power Delivery, DisplayPort 1.4), 2 (duas) portas USB Type-A 5Gbps (1 para carregamento, 1 para alimentação), 1 (uma) porta HDMI 2.1, 1 (uma) porta combinada headphone/microphone;
 - viii. Webcam: Integrada;
 - ix. Teclado: layout PT-PT;
 - x. SmartCard Reader: Sim.
 - c) 3 (três) computadores do tipo portátil, equivalente a “HP EliteBook 840 G11”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Sistema operativo: Windows 11 Pro 64bit, ou equivalente;
 - ii. Processador: Intel U7-155U, ou equivalente;
 - iii. Memória RAM: 32GB;
 - iv. Disco: 512GB SSD;
 - v. Ecrã: 14 polegadas não tátil;
 - vi. Placa gráfica: Integrada, ou equivalente;
 - vii. Portas e ligações: 2 (duas) portas Thunderbolt 4 USB Type-C 40Gbps (USB Power Delivery, DisplayPort 1.4), 2 (duas) portas USB Type-A 5Gbps (1 para carregamento, 1 para alimentação), 1 (uma) porta HDMI 2.1, 1 (uma) porta combinada headphone/microphone;
 - viii. Webcam: Integrada;
 - ix. Teclado: layout PT-PT;
 - x. SmartCard Reader: Sim.

- d) 1 (um) computador do tipo portátil, equivalente a “HP Zbook Studio G10”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Sistema operativo: Windows 11 Pro 64bit, ou equivalente;
 - ii. Processador: 13.^a geração Intel Core i7 ou equivalente;
 - iii. Memória RAM: 32GB;
 - iv. Disco: 1TB SSD;
 - v. Ecrã: 16 polegadas não tátil;
 - vi. Placa gráfica: NVIDIA GeForce RTX 4070 8GB ou equivalente;
 - vii. Portas e ligações: 2 (duas) portas Thunderbolt 4 com USB4 Type-C 40 Gbps (USB Power Delivery, DisplayPort 1.4), 1 (uma) porta SuperSpeed USB Type-A de 5 Gbps (carregamento); 1 porta SuperSpeed USB Type-C 10 Gbps (USB Power Delivery, DisplayPort 1.4);
 - viii. Webcam: Integrada
- e) 2 (dois) monitores, equivalentes a “Apple Studio Display”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Dimensão do ecrã: 27 polegadas;
 - ii. Resolução: 5K (5120x2880);
 - iii. Inclinação ajustável: Sim;
 - iv. Webcam: Integrada;
 - v. Áudio: Integrado;
 - vi. Portas e ligações: 1 (uma) porta Thunderbolt 3 USB-C (carregamento até 96W), 3 (três) portas USB-C (10Gb/s)
 - vii. Suporte: para ajuste de inclinação
- f) 5 (cinco) monitores, equivalentes a “HP E24m G4 Conferencing”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Dimensão do ecrã: 23,8 polegadas;
 - ii. Tecnologia de painéis: IPS;
 - iii. Tratamento do ecrã: Anti-reflexo;
 - iv. Resolução: 1920 x 1080 (Full HD);
 - v. Rotação ajustável: Sim;
 - vi. Altura ajustável: Sim;
 - vii. Inclinação ajustável: Sim;
 - viii. Orientação ajustável: Sim;
 - ix. Portas e ligações: 4 (quatro) portas USB-A 5Gbps, 1 (uma) porta RJ-45, 1 (uma) porta saída DisplayPort 1.2, 1 (uma) porta DisplayPort 1.2, 1 (uma) porta USB-C (DisplayPort 1.2, Power Delivery até 65W), 1 (uma) porta HDMI 1.4 e 1 (uma) tomada combinada para auscultadores;
 - x. Webcam: Sim.
- g) 1 (um) teclado, equivalente a “Microsoft Sculpt Ergonomic Desktop”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Layout: PT-PT;
 - ii. Ergonómico: sim;
 - iii. Conectividade: Bluetooth.
- h) 10 (dez) ratos, equivalentes a “Logitech Ergo Series LIFT”, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Ergonómico: Sim, vertical;
 - ii. Configuração teclas: Sim;
 - iii. Dispositivos ligados: Até três dispositivos;
 - iv. DPI: até 4000 dpi, ajustável;
 - v. Número de botões: 6 (esquerdo/direito, voltar/avançar, botão do meio, roda de scroll com clique do meio);
 - vi. Cor: Grafite;
 - vii. Conectividade: Bluetooth.
- i) 32 (trinta e duas) dock station, equivalente a HP Thunderbolt G4 de 120 W, com os seguintes requisitos mínimos:

- i. Compatibilidade: compatível com os computadores indicados nas alíneas "a", "b" e "c".
- j) 1 (uma) dock station, equivalente a HP Thunderbolt G4 de 280 W, com os seguintes requisitos mínimos:
 - i. Compatibilidade: compatível com os computadores indicados na alínea d.

Cláusula 2.^a

(Local e Prazos)

1. Sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato, este mantém-se em vigor até à conclusão das prestações que fazem parte do mesmo, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues na sede da GO Porto, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da outorga do contrato.
3. Os bens objeto do contrato a celebrar, deverão ser entregues no prazo indicado no número anterior e estar totalmente operacionais e em condições de serem utilizados para o fim a que se destinam.

Capítulo II – Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações do Fornecedor

Cláusula 3.^a

(Obrigações principais do Fornecedor)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Disponibilizar os equipamentos identificados na sua proposta, no prazo previsto no número 2 da Cláusula anterior, nos locais definidos pelo Contraente Público;
- b) Garantir resposta e/ou contacto a qualquer ocorrência até ao dia útil seguinte após notificação por parte do Contraente Público, desde que efetuada até às 16h (dezasseis) horas do dia da ocorrência;
- c) Garantir a reparação dos equipamentos ou a sua substituição, em caso de defeito de fabrico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após notificação por parte do Contraente Público;
- d) Proceder às reparações, ao abrigo da garantia do equipamento, indispensáveis para o seu normal funcionamento, garantindo a integridade do cumprimento das finalidades daqueles.

Cláusula 4.^a

(Obrigações acessórias do Fornecedor)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações acessórias:

- a)** Transporte dos bens para o local de entrega;

Cláusula 5.^a

(Conformidade e operacionalidade dos bens)

1. O Fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Mapa de Quantidades, anexo ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O Fornecedor é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues, bem como durante o período de garantia.
5. Sem prejuízo do disposto especificamente no presente Caderno de Encargos e nos elementos que o integram, os bens a fornecer devem cumprir, nomeadamente, toda a legislação e normas relativas à proteção e segurança contra incêndios, proteção ambiental e segurança sísmica.

Cláusula 6.^a

(Entrega dos bens objeto do contrato)

O Fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato e em língua portuguesa, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

Cláusula 7.^a

(Inspeção)

1. Após solicitação do Fornecedor, a Entidade Adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 15 (quinze) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades

estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais exigidas.

2. A inspeção qualitativa a que se refere o número pode ser realizada através de testes que a Entidade Adjudicante entenda realizar.
3. Durante a fase realização de testes o Fornecedor deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, desde que devidamente comprovados, são da responsabilidade do Fornecedor.

Cláusula 8.^a

(Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias)

1. No caso de não se verificar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos exigidos, a Entidade Adjudicante deve informar, por escrito, o Fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o Fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo que for determinado pela Entidade Adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Fornecedor, no respetivo prazo, a Entidade Adjudicante pode proceder à realização de novos testes, nos termos da Cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

(Aceitação dos bens)

1. Deve ser emitido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data em que se verifique a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, um auto de receção assinado pelo representante da Entidade Adjudicante.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a aceitação dos bens e a transferência da posse e da propriedade para a Entidade Adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Fornecedor.

Cláusula 10.^a

(Garantia)

1. O Fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos exigidos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Fornecedor, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.
4. A reparação ou substituição devem ser realizadas dentro do prazo fixado pela Entidade Adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.ª

(Continuidade de fabrico)

O Fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 12.ª

(Dever de sigilo)

1. O Fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e

exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a

(Prazo do dever de sigilo)

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 4 (quatro) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 14.^a

(Preço)

1. O preço base do procedimento é de **66.435,35 € (sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos)**, significando este o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. Pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, a Entidade Adjudicante pagará ao Fornecedor a quantia total indicada na sua proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente, os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, montagem, instalação e ensaios, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.^a

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção a que se refere o n.º 1 da Cláusula 9.^a.

3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.ª

(Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Fornecedor o pagamento de penalidades contratuais, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega, instalação, montagem e ensaio dos bens objeto do contrato, **1% (um por mil)** do preço contratual inicial, por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, **1% (um por mil)** do preço contratual inicial, por cada dia de atraso na entrega dos bens reparados ou substituídos.
2. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos por si devidos com as penalidades devidas nos termos da presente Cláusula.
3. As penalidades previstas na presente Cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
4. A aplicação de qualquer sanção contratual pecuniária não desobriga o Fornecedor da sua obrigação principal, pelo que o cumprimento da mesma permanece exigível.

Cláusula 17.ª

(Força maior)

1. Não constituem causas de força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;

- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

(Resolução pela Entidade Adjudicante)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no caso de haver atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato, na sua instalação, montagem ou ensaio, superior a 3 (três) meses ou declaração escrita do Fornecedor de que o atraso excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 19.^a

(Resolução pelo Fornecedor)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.^o do CCP.

Capítulo IV – Seguros

Cláusula 20.^a

(Contratos de seguro)

1. O Fornecedor e os seus Subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste Caderno de Encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data de início da execução do contrato.
2. O Fornecedor é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus Subcontratados.
3. A Entidade Adjudicante pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a execução do contrato sem a exibição destes documentos.
4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas, constituem encargo único e exclusivo do Fornecedor e dos seus Subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
5. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Fornecedor.
6. Em caso de incumprimento por parte do Fornecedor das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros previstos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou que tenha suportado.
7. O Fornecedor obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da conclusão do contrato, nos casos aplicáveis, ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à execução do contrato, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 21.^a

(Objeto dos contratos de seguro)

1. O Fornecedor obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos Subcontratados se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O Fornecedor obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos ao contrato, que circulem na via pública, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à execução do contrato pelos Subcontratados se encontram igualmente segurados.

3. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no número anterior, deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.
4. O Fornecedor obriga-se a celebrar um seguro de responsabilidade civil de exploração, que cubra eventuais danos causados a pessoas e bens durante o cumprimento do objeto do contrato, por factos que lhe sejam imputáveis, nomeadamente, por causas inerentes à prestação das atividades integradas no objeto do Contrato.
5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil previsto no número anterior da presente Cláusula, deve ser de montante igual ou superior a **5.000,00 € (cinco mil euros)**, ou, no caso de o preço contratual ser superior, deve ser de montante igual ou superior a este preço.

Capítulo V – Disposições Finais

Cláusula 22.^a

(Subcontratação)

1. O Fornecedor pode subcontratar desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 317.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
3. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara que conhece, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as Cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
4. Todos os subcontratos devem ter em anexo o mapa de trabalhos e quantidades de que será objeto a subcontratação, tendo por base o mapa de trabalhos e quantidades do presente procedimento, fazendo coincidir, sem exceção, a numeração dos artigos e a correspondente descrição.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada subcontrato, o Fornecedor deve comunicar por escrito o facto à Entidade Adjudicante, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Fornecedor, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.
8. O incumprimento do previsto nos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula, é considerado uma violação grave do contrato, podendo a Entidade Adjudicante aplicar ao Fornecedor, uma sanção contratual, no valor de **€ 5.000,00 (cinco mil euros)**, por cada violação.

9. Em simultâneo com a comunicação referida no n.º 6, o Fornecedor, para efeitos do disposto no n.º 2, da presente Cláusula, deverá comprovar:
- a) A inexistência das causas de impedimento à subcontratação previstas no artigo 55.º do CCP, juntando os documentos comprovativos da idoneidade dos subcontratados, designadamente os respetivos certificados de registo criminal.
10. É lícito ao Fornecedor recorrer a auxiliares que a coadjuvem no cumprimento da sua prestação contratual sem, todavia, nunca o substituírem.

Cláusula 23.ª

(Pagamentos diretos a Subcontratados)

1. O Subcontratado pode reclamar, junto da Entidade Adjudicante, os pagamentos em atraso que lhe sejam devidos pelo Fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior a Entidade Adjudicante notifica o Fornecedor para, no prazo de 10 (dez) dias:
 - a) Efetuar o pagamento; ou
 - b) Opor-se ao pagamento, apresentando motivo justificativo, devendo, quando aplicável, indicar o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, no qual se propõe efetuar o pagamento em atraso.
3. O Fornecedor deve, em qualquer dos casos de pagamento referidos nas alíneas do número anterior e dentro do prazo que delas decorra, enviar à Entidade Adjudicante comunicação a informar que o pagamento foi efetuado.
4. A Entidade Adjudicante apenas procederá ao pagamento direto ao Subcontratado se:
 - a) O quadro normativo especificamente aplicável à execução do contrato não proibir a realização de pagamentos a terceiros;
 - b) O Fornecedor não se opuser, injustificadamente, ao pagamento ao Subcontratado;
 - c) O Fornecedor, no prazo fixado no n.º 3, não proceder ao envio para a Entidade Adjudicante da comunicação aí prevista.
5. No caso de o Subcontratado interpelar a Entidade Adjudicante, nos termos e para os efeitos da presente cláusula, este apenas procederá ao pagamento ao Fornecedor quando tiver sido concluído o procedimento previsto nos n.ºs 2, 3 e 4 da presente cláusula, nomeadamente e quando aplicável, após o envio da comunicação a informar que o pagamento foi efetuado.
6. É aplicável o previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 321.º-A do CCP.

Cláusula 24.ª

(Cessão da posição contratual)

1. É admitida a cessão da posição contratual por qualquer das partes, dependendo, no caso da cessão da posição contratual por parte do Fornecedor, da autorização prévia da Entidade Adjudicante e do cumprimento do previsto nos artigos 316.º a 324.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo Fornecedor, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Entidade Adjudicante pode fazer uso do mecanismo previsto no artigo 318.º-A do CCP, cedendo o Fornecedor a sua posição contratual nos termos aí previstos.

Cláusula 25.ª

(Cessão de créditos)

1. O Fornecedor não pode ceder ou dar como garantia o contrato de fornecimento ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulados, designadamente, totalidade ou parte dos créditos emergentes do contrato sem prévio acordo escrito da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 577.º e seguintes do Código Civil.
2. Em caso de incumprimento do previsto na presente Cláusula, além de ser considerada uma violação grave do contrato, a Entidade Adjudicante pode aplicar ao Fornecedor, uma sanção contratual, no valor de **€ 5.000,00 (cinco mil euros)**, por cada violação, isto é, por cada cessão de créditos efetuada

Cláusula 26.ª

(Modificações objetivas do contrato)

Sem prejuízo das modificações objetivas prevista no presente Caderno de Encargos e na lei, são admitidas as seguintes modificações objetivas:

- a) Prorrogação do prazo para execução do fornecimento, por causas imputáveis à Entidade Adjudicante;
- b) Prorrogação do prazo da execução do fornecimento, por causas de força maior.

Cláusula 27.ª

(Proteção de dados)

1. O Adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A Entidade Adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o Adjudicatário para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o Adjudicatário não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Entidade Adjudicante fica autorizada a proceder à

- auditoria aos sistemas de informação do Adjudicatário, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Adjudicatário, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
 5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Adjudicatário, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Entidade Adjudicante.
 6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a Entidade Adjudicante resolver o contrato.
 7. Caso o Adjudicatário impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do Adjudicatário.

Cláusula 28.ª

(Avaliação do Fornecedor)

A prestação contratual do fornecedor será avaliada em conformidade com os critérios específicos definidos pela entidade adjudicante para o efeito, critérios esses que se encontram disponíveis no website da GO Porto, em cumprimento do disposto nas normas ISO 9001; ISO 14001; ISO 45001 e NP 4469.

Cláusula 29.ª

(Política do Sistema de Gestão Integrado)

1. No âmbito da política do Sistema de Gestão Integrado, o Fornecedor deverá garantir o cumprimento da legislação em vigor e das convenções internacionais relativas a condições sociais e laborais, conforme estabelecido na política do Sistema de Gestão Integrado (SGI), dela tomando conhecimento e subscrevendo-a nos termos da declaração de compromisso constante da minuta do **ANEXO I** ao Caderno de Encargos.
2. O Fornecedor compromete-se, ainda, a respeitar o Código de Conduta dos Fornecedores da GO Porto, disponível para consulta no site institucional da GO Porto, conduzindo a sua atividade de forma ética e socialmente responsável.
3. O anteriormente referido aplicar-se-á também aos fornecedores, e aos subcontratados que venham a trabalhar para o Fornecedor no âmbito da execução do contrato de aquisição de bens móveis objeto deste Caderno Encargos.

Cláusula 30.ª

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o regime do CCP e restante legislação aplicável.

Cláusula 32.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL) DO CONTRAENTE PÚBLICO

(a que se refere o n.º 1 da cláusula 31.ª)

XXX, ... (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas nas peças do procedimento de formação do contrato de ... declaram, sob compromisso de honra, que tomaram integral conhecimento da Política do Sistema de Gestão Integrado do Contraente Público que se encontra em anexo e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

Porto, ...

Assinatura ...

POLÍTICA SISTEMA GESTÃO INTEGRADO

Em todas as suas atividades e serviços, bem como no relacionamento com todas as partes interessadas, a Gestão e Obras do Porto, EM (GO Porto), assume, no âmbito da sua Política para a Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, e Responsabilidade Social, os seguintes compromissos:

- Consolidar o posicionamento da empresa a nível municipal, como entidade de referência ao assegurar elevados parâmetros de qualidade e exigência na gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe são confiados pelo(s) seu(s) cliente(s);
- Assegurar o **cumprimento dos requisitos legais** e regulamentares aplicáveis à atividade, bem como outros requisitos que a empresa subscreva, incluindo o respeito por convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Assegurar o **acesso à informação** e disponibilização dos recursos necessários, para a definição e cumprimento dos objetivos e metas identificadas pela empresa ao nível dos diferentes sistemas de gestão, que estimulem a empresa a atingir níveis de desempenho mais elevados;
- **Minimizar os impactes ambientais** decorrentes das atividades e serviços desenvolvidos pela empresa, através da promoção de práticas que conduzam à proteção do ambiente, incluindo a prevenção da poluição e a racionalização do consumo de recursos naturais;
- Promover a **prevenção de acidentes**, lesões e doenças relacionadas com o trabalho, eliminando perigos e reduzindo riscos, de forma a garantir um bom desempenho em matéria de segurança e saúde no trabalho, assegurando a consulta e participação de todos os colaboradores;
- **Promover a melhoria contínua** do Sistema de Gestão Integrado, tendo em vista satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores e todas as partes interessadas, aumentando a satisfação e confiança nos serviços prestados pela empresa, bem como melhorando o desempenho ambiental, SST e de responsabilidade social;

- Garantir o **cumprimento dos princípios da Responsabilidade Social**, relevantes para a empresa, assegurando que são abordados os seus aspetos significativos, como a promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- **Assumir a Responsabilidade Social**, como um compromisso da empresa, na minimização dos impactes ambientais, gestão do capital humano e solidariedade social,
- Promover o **desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores**, assegurando a não regressão dos direitos já alcançados, a sua motivação e formação contínua, de modo a contribuírem para a sustentabilidade e sucesso da empresa;

A Administração da GO Porto, assume, ainda, o compromisso de divulgar e garantir a compreensão e respeito pela Política que preconiza, a todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e outras partes interessadas.